

## **A opinião da população brasileira sobre a proposta de "novo código" florestal.**

1. A pesquisa visa avaliar o conhecimento e a opinião da população sobre os temas abordados na proposta conhecida como "novo Código Florestal" e votada pela Câmara dos Deputados no final de maio. O questionário foi realizado e aplicado pela **Datafolha**, por solicitação de Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, IMAFLORA, AMAZON, Instituto Socioambiental, SOS Mata Atlântica e WWF-Brasil.

2. Foi realizada pesquisa quantitativa, com abordagem pessoal dos entrevistados, mediante questionário estruturado com cerca de 10 minutos de aplicação. A checagem foi simultânea à coleta de dados e cobriu cerca de 20% do material de cada pesquisador. Trata-se de uma pesquisa com **abrangência nacional, incluindo áreas urbanas e rurais**, e o universo pesquisado foi de pessoas com 16 anos ou mais, com telefone fixo. O levantamento foi realizado entre os dias 3 e 7 de junho de 2011. Foram realizadas 1286 entrevistas. **A margem de erro máxima para o total da amostra é de 3 pontos percentuais**, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%.

3. O resultado é relativamente homogêneo entre as diferentes regiões e classes de renda (com diferenças pouco expressivas) e **ainda mais homogêneo quando se considere a área urbana versus a rural**. Neste caso, a diferença está quase sempre dentro da margem de erro, apontando para uma opinião bastante consistente entre campo e cidade.

4. O fato que houve expressiva cobertura midiática sobre a recente votação na Câmara dos Deputados fez com que quase **dois terços da população declarem ter tomado conhecimento da votação**, embora a parcela que se declara bem informada seja modesta, o que reflete a complexidade do tema.

5. Em geral, a pesquisa revela uma **opinião pública com forte preocupação pela conservação das florestas**, até mesmo quando esta é colocada como eventual fator limitante da produção agropecuária; dependendo das perguntas, a **porcentagem dos brasileiros que discordam da proposta votada na Câmara dos Deputados varia entre 77%** (a favor do adiamento do debate para ouvir a ciência) e **95%** (que não aceitam manter as ocupações em Área de Preservação Permanente).

6. Na pergunta básica e introdutiva, na qual se coloca a alternativa entre dar prioridade para a proteção das florestas (mesmo que isso limite a produção agropecuária) ou para produção (mesmo que limite a proteção das florestas), **a primeira alternativa recebe 85% e a segunda, 10%**, com 5% de "não sei".

7. No caso do perdão do desmatamento ilegal, foram realizadas perguntas diferentes. Quando se oferecem três opções qualificadas, com uma intermediária, é possível observar como a primeira escolha da população seja em prol da mais rigorosa, isto é a de punir em qualquer caso para dar o exemplo, escolhida por 48% dos entrevistados; em seguida vem a opção intermediária (a de punir só quem se recusa a repor a floresta) com 45%, enquanto **a opção de perdoar sem repor a floresta, objeto da proposta votada pela Câmara dos Deputados, atinge meros 5%**. Quando se apresentam apenas duas opções, **79% se declaram em geral contra perdoar penalidades** e multas (com 19% que aceitam esta possibilidade) e 77% se declaram contra a dispensa da reposição da floresta (com 21% que a admitem).

8. Já no caso da ocupação das Áreas de Preservação Permanente (encostas, topos de morro, várzeas, etc.), prevalece a opção intermediária, ou seja a de manter apenas cultivos que segurem o solo e não gerem riscos de acidentes, com 66%, seguida da opção de remover todos os cultivos, com 25%, enquanto aquela de **manter todos os cultivos - conforme proposta aprovada pela Câmara dos Deputados - é apoiada por apenas 7% da população.**

9. A opinião geral sobre o tema é confirmada quando se passa a considerar as implicações políticas: **79% apoiam o eventual veto da presidente**, no caso em que o Senado validasse a proposta da Câmara. Trata-se de uma parcela muito superior àquela que aprova em geral a atuação da presidente, que foi de 47% na mais recente pesquisa Datafolha, em março. Uma parcela ainda maior, atingindo **84%, afirma que não votaria em deputados e senadores que tenham votado a favor do perdão de desmatamento ilegal.**

10. Uma parcela levemente inferior, atingindo **77%, apoia a proposta da comunidade dos cientistas para adiar a votação no Senado**, de forma a ter mais embasamento técnico-científico na nova legislação, enquanto 20% consideram que seria melhor votar imediatamente, de qualquer forma.

Fonte: Datafolha